



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003868-95.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Sistema Nacional de Trânsito**
 Requerente: **Clarice Rosa dos Santos Silva**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação da tutela, proposta por **CLARICE ROSA DOS SANTOS SILVA** em face da **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que, em 11 de dezembro de 2011, vendeu o veículo Fiat/Siena Flex, ano/modelo 2007, cor preta, placas EBA 8278, chassi SBD17201G73375101, a Evaldemir Luiz Pereira, que não efetuou a sua transferência junto ao Ciretran, mesmo de posse do CRV (fls. 10/11). Argumenta que tentou cumprir a determinação prevista no artigo 134 do CTN, sendo informada da impossibilidade, pela CIRETRAN, por existir bloqueio de busca e apreensão e gravame do Banco BV Financeira em nome do atual proprietário, o que gerou o encaminhamento de título a protesto (fl. 14), inscrição na Dívida Ativa (fl. 15), multas (fl. 16) e falta de pagamento do DPVAT (fl.17), restando-lhe apenas a intervenção judicial para ver resguardado o seu direito, compelindo-se a Ciretran a formalizar o registro de venda.

A inicial foi instruída com documentos de fls. 7-17.

A antecipação da tutela foi concedida (fls. 19-20).

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 26-35), na qual aduz, em resumo: não poder cumprir a tutela antecipada ante a existência de outro bloqueio judicial determinado pelo 4ª Vara Cível da Comarca (fl. 46); que o atual proprietário deve passar a integrar o feito, pois será atingido e assim poderá apresentar defesa; a inscrição em dívida ativa é ato administrativo que exige produção de prova inequívoca de que a autora não é proprietária do veículo; o veículo continua cadastrado em nome da requerente, que deveria ter comprovado a alienação, tendo sido omissa por não ter comunicado a venda aos órgãos competentes e agora pretende se livrar do pagamento dos tributos. Requer a improcedência da ação.

Juntou documentos às fls. 36-48.

Houve réplica (fls. 52-54).

É O RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FUNDAMENTO E DECIDO.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

Inicialmente, inviável a inclusão do comprador, pois isso implicaria prejuízo à razoável duração do processo, sendo que os seus dados constam de fls. 10 e a autora pretende, apenas, que a requerida determine à Ciretran que formalize o registro de venda do veículo, para que não responda mais pelos tributos e encargos.

No mais, o pedido merece acolhimento.

O art. 123, I, do CTB impõe a obrigatoriedade de expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando for transferida a propriedade, sendo que, nesta hipótese, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias (§ 1º). Ressalte-se que tal obrigação é imposta ao **proprietário - adquirente do veículo** - pois, em se tratando de bem móvel, a **transferência da propriedade ocorre com a tradição** (arts. 1.226 e 1.267 do CC/2002) [negritei].

A exigência da comunicação da alienação tem como finalidade apenas afastar a responsabilidade do antigo proprietário pelas **penalidades** impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

Ademais, o CRV (fls. 10-11), por si, já identifica a transferência de domínio útil do veículo e indica o momento a partir do qual a autora não é mais responsável por tributos, encargos e multas do referido bem.

Observa-se que a autora, em 1º de dezembro de 2011, alienou o veículo Fiat/Siena ELX Flex, ano fabricação/modelo 2007, Placa EBA 8278, RENAVAM 946158770, a Evaldemir Luiz Pereira, conforme atesta o Certificado de Registro de Veículo, devidamente registrado em cartório (fls. 10-11), com a autorização para transferência e, mesmo assim, foram-lhe cobrados o IPVA de 2012 (fl. 15), e 2013 (fl.14) e 2014 (fl.17), além do DPVAT (fl. 17), gerando, inclusive, inscrição na Dívida Ativa (fl. 15), além de multas às quais não deu causa (fl.16). Depreende-se, portanto, que os fatos geradores dos débitos ocorreram em data posterior à alienação. Em consequência, não pode permanecer nessa situação aflitiva de responder por débitos gerados por esse terceiro.

O Processo 0000175-91.2013.8.26.0566, a partir do qual foi expedido mandado de busca e apreensão do mesmo veículo, foi extinto sem resolução de mérito, motivo pelo qual não há empecilho para que a requerida formalize o registro da venda, direcionando as cobranças ao real



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

proprietário, tendo todo o aparato para este desiderato.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar que o requerido proceda ao bloqueio do veículo, fazendo constar a sua venda e, em consequência, redirecione, ao atual proprietário, a cobrança de IPVAs e demais encargos, após a data da alienação (01/11/12), confirmando-se a tutela antecipada.

Diante da sucumbência, condeno a requerida, ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isenta de custas na forma da lei.

P.R.I.C

São Carlos, 17 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**